

O embaixador Jório Dauster explica que o País tem capacidade de pagamento de US\$ 18/20 bilhões. Mas isso inclui todos os recursos e não apenas a dívida externa.

# País deverá pagar US\$ 9 bilhões em 91

Os credores externos do Brasil devem receber em 1991 de US\$ 8 bilhões a US\$ 9 bilhões, sendo que desse total uma parcela ainda não estimada vai sair do setor privado. Nesse cálculo estão incluídos os débitos de curto e longo prazos dos setores público e privado com os bancos privados e as agências internacionais. Em 1990, por conta desses compromissos, o País desembolsou US\$ 7 bilhões. O governo deve retomar as negociações com os credores na próxima semana, em Nova York.

Segundo o embaixador Jório Dauster há que se diferenciar dois conceitos. O primeiro é o que o Brasil pretende pagar (US\$ 9 bilhões). O segundo é a capacidade de pagamento da dívida, que os técnicos do governo prevêem entre US\$ 18 bilhões e US\$ 20 bilhões, para 91, e não US\$ 8/9 bilhões, como foi noticiado. "Tem havido uma certa confusão quanto ao conceito de capacidade de pagamento", diz o embaixador. Ele explica que esse é um conceito que inclui todos os recursos públicos e que o pagamento da dívida externa não pode ser tomado como medida de seu valor total. "Ele é apenas um dos itens nos quais esses recursos são aplicados."

Dauster disse que a capacidade de pagamento é resultado de quatro fontes de recursos. Os dois maiores são o superávit fiscal e a soma de todos os financiamentos externos oficiais. As outras fontes são os juros obtidos com a aplicação das reservas internacionais e o que os economistas chamam de "senhoriagem", que significa aquilo que o governo emite de moeda para acompanhar o crescimento da economia.

Dauster: estão confundindo capacidade de pagamento com o que será destinado aos credores externos.



"O total desses recursos é atualmente superior a US\$ 18 bilhões", continua Dauster, "e é claro que não são todos destinados aos credores externos. Eles servem basicamente para a compra de mais reservas internacionais, para a dívida interna e, por último, para pagamento da dívida externa".

No caso atual do Brasil, no que se refere aos credores externos essa ordem de aplicação é, aliás, literal. "O que eu tenho procurado explicar nas negociações é que em 1991, com a con-

junção de vários fatores, inclusive a entrada em circulação dos cruzados novos bloqueados, a prioridade absoluta do governo continua a ser o combate à inflação", diz Dauster. "A maior parcela da capacidade de pagamento tem de ser destinada à dívida interna."

Com isso é certo, até o momento, que o Brasil vai pagar 30% dos juros devidos pelo setor público no primeiro semestre de 91, o que corresponde a US\$ 490 milhões. "Esse valor é compatível com os recursos que

temos e a decisão de iniciar o pagamento já foi tomada", diz Dauster. Quanto à dívida do setor privado, o governo tem apenas estimativas que levam àquele cálculo de US\$ 8 a US\$ 9 bilhões a serem pagos em 91.

Considerando que o total de juros devidos pelo setor público está estimado para o ano inteiro em US\$ 1,4 bilhão, e o que já ficou acertado até agora, é bem possível que a grande parte do dinheiro brasileiro que venha a trocar de país, este ano, saia mesmo do setor privado.